



**ACÓRDÃO Nº261/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 13796/2017.**

**Apenso:** Processo nº 10228/2013 e 13449/2016.

**2- Assunto:** Recurso Revisão.

**3- Recorrente:** Alysson Pereira de Lima.

**4- Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.

**5- Unidade Técnica:** DICAMI.

**6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6454/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**7- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Recurso. Revisão.

*Conhecimento. Provimento Parcial. Determinação.  
Ciência.*

**8- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-vista do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa júnior, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Alysson Pereira de Lima**, responsável pela Câmara Municipal de Boca do Acre, no período de 08.05 a 31.12.12;

**8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Alysson Pereira de Lima**, responsável pela Câmara Municipal de Boca do Acre, no período de 08.05 a 31.12.12, para excluir os itens 9.5 e 9.6 “a”, conforme fundamentação do Relatório/Voto e alterar os itens 9.3, 9.6 “b” e 9.8, do Acórdão n.º 472/2016 –TCE –Tribunal Pleno, constante nos autos do Processo nº. 10.228/2013, em apenso, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“9.3 - Julgar Regular, com ressalvas**, a Prestação de Contas do **Sr. Alysson Pereira de Lima**, responsável pela Câmara Municipal de Boca do Acre, no período de 08.05 a 31.12.12, nos termos do art. 22, II, art. 24 da lei n.º 2423/96 c/c art. 188, §1º, II da Resolução n.º 4/02 - TCE/AM (falhas 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.17, 2.18, 2.20, 2.21.1 e 2.21.2);

**9.6 “b” - Aplicar multa** ao **Sr. Alysson Pereira de Lima**, responsável pela Câmara Municipal de Boca do Acre, no período de 08.05 a 31.12.12, no valor de **R\$ 3.400,00** (valor reduzido, em



**ACÓRDÃO Nº261/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

sessão, pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e acatado pelo relator), nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2423/96, c/c art. 308, VII, da Resolução n.º 4/02 - TCE/AM, com redação dada pelo art. 2º da Resolução n.º 4/18 - TCE/AM, pelas falhas constantes nos itens 2.3, 2.4, 2.5, 2.17, 2.18, 2.20, 2.21.1 e 2.21.2.

**9.8 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal do valor recolhido, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n.º 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n.º 2.423/96);”.

**8.3. Determinar** a manutenção dos demais itens insertos no Acórdão n.º 472/2016 –TCE –Tribunal Pleno, proferido nos autos do Processo n.º 10.228/2013, em apenso;

**8.4. Dar ciência** da decisão ao **Sr. Alysson Pereira de Lima**, seus advogados, e demais partes interessadas.

**9- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 10 de Março de 2020.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**11.1. Declaração de Impedimento:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho e Conselheiro Julio Cabral (art. 65 do Regimento Interno).

**12- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral